

1. Trabalhadores agrícolas – Alentejo (distritos de Beja, Évora e Portalegre)

População ativa agrícola com profissão – 1000

ANO	Total %	Patrões %	Isolados (2) %	Trabalhadores assalariados (3) %	Trabalhadores familiares (4) %	Outros e ignorada (5) %
1940	159.2 100	14.6 9	10.6 7	110.2 69	5.2 3	18.5 12
1950	199.6 100	9.3 5	12.3 6	172.3 86	5.6 3	0.1 ..
1960	179.7 100	5.8 3	10.0 6	159.3 88	4.6 3
1970	119.8 100	1.7 2	17.1 14	98.5 82	2.2 2	0.3 ..

(1) Limites de idade considerados: 1940, 1960 e 1970 > ou = 12 anos; 1950 > ou = 10 anos.

(2) Considera-se isolado o recenseado que trabalhando por sua conta não tenha ou não tenha habitualmente (a fórmula varia com os recenseamentos) assalariados.

(3) Nesta designação englobam-se as seguintes categorias censitárias:

Em 1940: Empregados+assalariados+assalariados ao ano

Em 1950: Empregados+assalariados

Em 1960: Empregados+assalariados+assalariados ao ano+tarefeiros

Em 1970: Trabalhadores por conta de outrem

(4) Nesta designação englobam-se as seguintes categorias censitárias:

Em 1940: Pessoas de família

Em 1950: Pessoas de família+não remunerados

Em 1960: Não remunerados (pessoas de família e outros)

Em 1970: Trabalhadores familiares não remunerados

(5) Outros=0.8; ignorada=17.7

Fonte: INE, VIII, IX e X *Recenseamentos da População e as Estatísticas Agrícolas* de 1960 e 1968.

Composição (em percentagem) dos trabalhadores assalariados e familiares (*)

ANO	Trabalhadores Assalariados				Trabalhadores Familiares	
	Permanentes		Temporários		Homens	Mulheres
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
1950	10	1	67	22	83	17
1970	14	2	65	19	69	31

(*) – Notas e fontes do quadro anterior

2. Trabalhadores agrícolas temporários – perfil

Os trabalhadores temporários partilhavam uma experiência de igualdade – o mesmo quotidiano subalterno, as mesmas condições de vida, os mesmos desemprego e trabalho, idênticas incertezas e esperanças – e uma vivência colectiva da desigualdade face aos outros. Nestes englobavam-se os proprietários e empresários dos grandes domínios fundiários que controlavam política e economicamente as comunidades rurais, mas, em muitas situações, também os agricultores familiares e os trabalhadores permanentes que, com frequência, tomavam o partido dos grandes proprietários e empresários agrícolas nos conflitos e disputas locais, e tinham atitudes e comportamentos que marcavam distância em relação aos temporários.

3. Trabalhadores agrícolas -- da ambição de uma pequena parcela á luta por melhores salários e condições de trabalho

Nos *campos do Sul* dos latifúndios, do trigo e do desemprego longo e crónico, onde ainda escasseavam as máquinas, tornar-se trabalhador permanente era uma meta dos temporários, mas a grande ambição era uma parcela de terra que pudesse assegurar uma vida e uma velhice tranquilas. A motomecanização ainda não havia imposto a vantagem generalizada das economias de escala e a pequena exploração cerealífera aparecia ainda como um refúgio viável. Desde os anos 60, o tractor e a ceifeira-debulhadora impuseram-se e tornaram menos atraente a pequena parcela cerealífera. Foi também o período em que muitos saíram – no Alentejo passaram de 159 300 em 1960, a 98 500 em 1970 – o desemprego diminuiu e os trabalhadores puderam lutar por salários mais elevados e melhores condições de trabalho. As grandes greves que percorreram o Alentejo em 1962 marcam esta fase.

4. Trabalhadores agrícolas – condições de vida – Baixo Alentejo

Zonas	Receita total anual por individuo (\$)	% da alimentação nas despesas	Alimentação - % de adequação	
			Calorias	Proteínas animais
I	3286\$	62	86	33
II	4582\$	61	100	58

Fonte: Agostinho de Carvalho e Maria Leonor Gomes, *Alimentação e condições de vida de famílias de trabalhadores rurais do Baixo Alentejo, 1973*, Oeiras: Fundação Gulbenkian.

Zona I: concelhos de Barrancos, Mértola, Almodôvar, Odemira, Castro Verde e Sines, e ainda freguesias dos concelhos de Serpa, Moura, Beja, Aljustrel, Ourique, Santiago do Cacém e Grândola.

Zona II: concelhos de Alvão, Cuba, Vidigueira, Ferreira do Alentejo e Alcácer do Sal, e ainda freguesias dos concelhos de Serpa, Moura, Aljustrel, Beja, Ourique, Santiago do Cacém e Grândola.

5. Concentração da propriedade e da terra nas explorações agrícolas – alguns indicadores

a) Explorações agrícolas – para o conjunto dos distritos de Beja, Évora e Portalegre, as 700 explorações, 2% do número total, com mais de 500 hectares (ha) ocupavam mais de metade da área de cultura arvense e as explorações acima de 100 ha, cerca de 7% de número total, dispunham de mais de quatro quintos; por sua vez as explorações abaixo de 20 ha, 72% do número total, possuíam menos de um décimo da área da cultura arvense (*Inquérito às Explorações Agrícolas de 1952-54*)

b) Propriedade fundiária – Relativamente à propriedade, dispõe-se de uma informação (Ferreira, 1963) global relativa ao Baixo Alentejo (distrito de Beja e os concelhos de Sines, Santiago do Cacém, Grândola e Alcácer do Sal), onde se constata que as 475 propriedades acima dos 500 hectares (ha), embora fossem apenas cerca de 1% do número de propriedades, ocupavam 39% da

área e às propriedades com mais de 100 ha, que representavam 6% do número total, correspondiam 73% da área.

Elementos de informação referentes a alguns concelhos dos distritos de Évora e Portalegre confirmam plenamente uma estrutura agrária onde imperava a grande propriedade. No concelho de Campo Maior (Instituto Geográfico e Cadastral, 1967) as propriedades acima de 500 ha detinham 35% da área embora fossem, apenas, 1% do número total; acima dos 100 ha encontramos 75% de área e 5% do número. Em Vila Viçosa (concelho) (Instituto ..., 1963) as 54 propriedades com mais de 100 ha, 7% do número total, estendiam-se por 71% da área. Finalmente para o conjunto dos concelhos de Montemor-o-Novo e Vendas Novas (Instituto ..., 1964) às 84 propriedades com mais de 500 ha correspondiam 56% da área e 4% do número; as propriedades acima de 100 ha, 14% do número total, ocupavam 92% de área.

6. Os anos sessenta e a transformação das estruturas agrárias

Os grandes domínios fundiários marcavam a paisagem agrícola do Alentejo e os assalariados agrícolas – os trabalhadores rurais – constituíam a grande maioria da população (mais de 85% dos ativos). Identificava-se ainda uma pequena fração de famílias camponesas (cerca de 10%) que se empenhavam em arrancar o sustento de pequenos retalhos de terra de que eram proprietários ou traziam de renda ou parceria; muitos eram seareiros nos latifúndios. Nestes, as melhores terras eram cultivadas com trabalho assalariado, mas as parcelas por arrotear, ou com solos de pior qualidade, eram, de facto, entregues de parceria a famílias, às quais, depois de pagas as quotas de parceria, restava um rendimento muito diminuto.

Esta ordem económica e social foi abalada, nos anos sessenta, pela possibilidade que se abriu aos trabalhadores rurais e aos membros das famílias camponesas de poderem emigrar ou de encontrarem um emprego nas cidades, nomeadamente no eixo Lisboa-Setúbal. Os efeitos foram quase imediatos. Numa década, o contingente de trabalhadores rurais diminuiu de cerca de 40% e os que ficaram puderam lutar por maiores salários – lutas de que as greves de 1962 foram o acontecimento decisivo – que de 1960 a 1972, quase

triplicaram. Declinou também muito o número de candidatos a uma pequena seara.

Foram assim atingidos os fundamentos da economia latifundiária, assentes num cultivo extensivo, em salários muito reduzidos e na procura das terras marginais por pequenos agricultores. Manteve-se firme, no entanto, o apoio do poder político, tanto na manutenção da ordem repressiva nas aldeias e vilas, como no forte impulso que proporcionou à reconversão das economias agrícolas, através de políticas de crédito e subsídios às explorações que tinham condições para mecanizarem e intensificarem o cultivo, e de generosas políticas florestais destinadas a uma parte dos terrenos retirados da produção agrícola. Foi neste período, com estes apoios, que se iniciou a expansão do eucalipto no Alentejo e foi também nestes anos que regressaram os incultos às terras que não foram florestadas, nem reconverteram os sistemas agrícolas. A paisagem dos campos do Sul começava assim a alterar-se: os latifúndios extensivos iam repartir-se pelo regresso dos incultos, pela nova floresta de eucaliptos e por manchas onde se impunha um modernizado capitalismo agrícola.

Fernando Oliveira Baptista